

FILOSOFIA E VIDA COMUM EM HUME: UM PROJETO DE REFORMA DOS COSTUMES

Kelton Carvalho Andrade⁴¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é expor o projeto de Hume, que consiste em conciliar a filosofia com a vida comum. Esse é um programa que aparece em muitos de seus textos, evidenciando o forte desejo do filósofo de criar uma filosofia que não só nos permite, em certa medida, conhecer as relações do homem com o mundo, como também servir de guia para a ação. Nesse sentido, o ceticismo que Hume adota ao investigar a natureza humana parece lançar o ser humano na incerteza quanto a suas capacidades, mas isso não solapa as bases de sua conduta e especulação, apenas restringe o escopo da investigação filosófica àqueles objetos que são compartilhados pela vida comum.

Palavras-chave: vida comum; filosofia; ação; ceticismo; Hume.

Abstract: The aim of this article is to expose Hume's project that consists on reconciling philosophy with common life. That is a program that appears in many of his writings, evidencing the philosopher's strong desire of creating a philosophy that not only allow us, in a certain way, to know man's relations with the world, but also to serves as a guide to action. In this sense, Hume's skepticism in investigating human nature seems to cast man in uncertainty about his capacities, but this doesn't undermine the basis of his conduct and speculation, in only restricts the scope of philosophical inquiry to those objects that are shared with common life.

Keywords: common life; philosophy; action; skepticism; Hume.

Introdução

No texto *Da arte de escrever ensaio*, Hume expõe a situação ruim em que a filosofia e a vida comum se encontram quando não mantêm entre si uma relação de compartilhamento de conteúdo e de entretenimento. Muito da filosofia de Hume está voltada para o objetivo de mostrar que é preciso promover a união entre o mundo filosófico e a vida comum. Para o

41 Estudante do curso de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Contato: keltoncarvalho8@gmail.com

filósofo britânico, criar essa ligação é benéfico para ambas as partes, na medida em que um poderá retirar do outro o que for necessário para corrigir os problemas que lhes são inerentes. O mundo de convívio, retiraria das letras os tópicos sobre os quais conversar e com os quais se entreter; as letras, produziriam esses tópicos a partir das preocupações correntes do mundo da conversação, evitando raciocínios que extrapolem a experiência.

Porém, é na *Investigação sobre o entendimento humano* que Hume irá mostrar com maior precisão o que significa criar essa “liga” entre o mundo letrado e o mundo da conversação. Nesse sentido, ele trata de distinguir na Seção I a filosofia fácil da filosofia difícil, e mostrar quais os problemas e as qualidades peculiares a essas maneiras de filosofar. A filosofia fácil, que orienta os costumes, é apresentada como mais atrativa pelo fato de não exigir do leitor o acompanhamento de longas cadeias de raciocínio cuja complexidade acaba por afastá-lo de qualquer pretensão a uma especulação mais elaborada, isto é, ela agrada mais ao leitor do que a filosofia abstrusa. Esta, por sua vez, pode oferecer conclusões mais exatas e gerais dos fenômenos da vida cotidiana, está longe de influenciar a ação humana e, por sua complexidade, incita desconfiança no senso comum.

Nesse contexto, a epistemologia desenvolvida por Hume na *Investigação* consiste em uma forma de mostrar em que medida a filosofia abstrata pode ser objeto da apreciação comum. Trata-se, então, de distinguir dois tipos de filosofia abstrata, a boa e a ruim, a primeira é aquela que se limita a explorar o que está dentro dos limites das capacidades humanas e mantém uma dose de ceticismo quanto às conclusões que obtém; a ruim é a metafísica que extrapola esses limites e adere às conclusões dogmaticamente ou radicaliza o ceticismo, levando-o às suas últimas consequências.

Isso posto, é a boa metafísica que Hume desenvolve ao longo da *Investigação*. Ela não parte de princípios apriorísticos tal como faz Descartes, mas daquilo que o filósofo compartilha com a vida comum, isto é, a experiência. Para Hume, esta é a base de todo o conhecimento possível e nossa percepção serve como um meio de avaliação sobre a confiabilidade de uma conclusão.

Assim, após expor sua teoria epistemológica, as conclusões obtidas não são certezas; pelo contrário, chega-se a uma posição de dúvida quanto às capacidades que temos para conhecer o mundo, e até mesmo quanto à existência do mundo exterior. A adoção de um

ceticismo radical implicaria na impossibilidade da ação e especulação dos céticos radicais, mas Hume encontra no ceticismo moderado a saída para esse problema. A reflexão corrige suas dúvidas e mostra que, mesmo que a especulação não gere um conhecimento verdadeiro, não é preciso deixar de filosofar, a filosofia deve limitar-se a corrigir as reflexões da vida comum. Trata-se de, ao partir da experiência e do que testemunham nossos sentidos, garantir à vida comum conclusões um pouco mais adequadas sobre as questões de fato que servirão de base para guiar a conduta humana.

O projeto

A separação entre o mundo dos letrados e o mundo do convívio social é apresentada no texto *Da escrita de ensaio* como um problema recente que os letrados contemporâneos de Hume começam a resolver ao se aproximar da vida comum. Mas aqui cabe notar que o autor descreve essa falta de contato como um problema para ambos os lados, pois os homens de convívio social, como não tomam emprestado das letras os temas para a conversação, acabam restritos a discussões infrutíferas e desinteressantes. As letras, por sua vez, tornam-se, por sua falta de contato com o mundo do convívio social, “quimérica em suas conclusões” e “ininteligível em seu estilo e maneira de expor” (HUME, 2009, p. 222). Além disso, o objetivo de Hume ao escrever ensaios é promover as “boas relações entre esses dois Estados que tanto dependem um do outro.” (HUME, 2009, p. 223).

Esse ensaio torna mais claro o objetivo de Hume com sua filosofia e – o que analisaremos aqui – a *Investigação sobre o entendimento humano*. Nesse sentido, Hume inicia a obra distinguindo entre filosofia fácil e filosofia abstrusa, a primeira está muito próxima da vida comum e, conseqüentemente, é mais atrativa porque seu objetivo é fornecer princípios para a ação humana ao se dirigir às emoções e incitar o sentimento de prazer diante da virtude. A filosofia abstrusa, por sua vez, volta-se para a razão e não tem a pretensão de orientar a conduta, quer apenas formar o entendimento dos indivíduos que a ela se dedicam.

A partir disso, como o filósofo profundo é mal visto pela sociedade por seu distanciamento, já que seus objetivos não são práticos, e o ignorante é também criticado, pois a cultura da época, em que a ciência está se desenvolvendo, demanda a busca por conhecimento, o autor afirma que o melhor é fazer parte de ambos os mundos. Diz Hume:

O filósofo puro é um personagem comumente pouco aceito no mundo, pois inicialmente se supõe que ele não contribui em nada para o benefício ou para o prazer da sociedade, já que vive afastado de toda comunicação com os homens e envolvido em princípios e noções igualmente remotas à sua compreensão. Por outro lado, o ignorante puro é ainda mais desprezado, já que, em uma época em que florescem as ciências não há sinal mais claro de estreiteza de espírito do que não se interessar por esses nobres entretenimentos. O caráter mais perfeito está supostamente entre estes dois extremos. (HUME, 2004, p. 19)

Isso mostra que o projeto de conciliar filosofia e vida comum está presente ao longo de grande parte de sua obra, mas de que maneira deve ser feita essa conciliação? Ao que parece, Hume vê que antes é preciso mostrar para a vida comum os benefícios da filosofia abstrusa e defendê-la da desconfiança contra todo raciocínio mais elaborado.

Assim, Hume admite que há na metafísica desenvolvida até então uma forte tendência para a abstração e o inteligível, e essa é a filosofia abstrusa que ele identifica como ruim, mas isso não implica que todo pensamento complexo deve ser rejeitado. Pelo contrário, diz Hume que “uma considerável vantagem que resulta da filosofia abstrata e acurada consiste em sua utilidade para a filosofia fácil e humana, a qual, sem a primeira, nunca poderia alcançar grau suficiente de exatidão em seus sentimentos, preceitos ou raciocínios.” (HUME, 2004, p. 21). É preciso, portanto, investigar até que ponto pode a razão humana aspirar a conhecer sem cair naquela filosofia abstrata ruim, cheia de incerteza e erro.

A epistemologia humeana

Dessa forma, partindo da distinção das percepções em ideias e impressões, Hume desenvolve uma epistemologia que não tem como ponto de partida abstrações e cadeias de raciocínio longas e complexas. Ideia, para nosso autor, é apenas a cópia de uma impressão dos sentidos dotada de menor força e vividez da impressão original; sendo assim, não há ideia sem uma impressão correspondente. Ainda assim, o indivíduo pode combinar ideias simples para formar ideias complexas de todo tipo através da imaginação, mas não se pode garantir a crença de que as ficções da imaginação têm uma realidade concreta.

Hume admite que o entendimento humano associa as ideias unicamente a partir de três princípios: semelhança, que ocorre quando o indivíduo percebe uma semelhança entre uma ideia e isso lhe conduz a outro objeto; contiguidade, quando o indivíduo é levado a conceber mais vividamente um objeto por sua proximidade no tempo ou espaço; e, por fim, causa e efeito, que é o princípio mais comum que utilizamos e ocorre quando inferimos a ocorrência

de um evento a partir de um outro a ele associado. Ora, este último é o que utilizamos para conhecer as questões de fato e existência, isto é, os eventos corriqueiros da vida observados por todos a partir da experiência. Aqui podemos ver claramente como a filosofia humeana, desde o seu princípio, se esforça para não extrapolar os limites definidos pela vida comum, pois parte de um ponto com o qual o filósofo está tão familiarizado como o indivíduo de ação e convívio.

Porém, Hume vai ainda mais longe e se pergunta sobre o fundamento da certeza que temos sobre as questões de fato, por qual motivo acreditamos que um objeto se seguirá ao outro tão logo este se apresenta aos nossos sentidos? Hume conclui que é o hábito de ver dois objetos em constante conjunção que gera em nós a crença de que há uma conexão necessária entre esses objetos e que o efeito já está dado na sua causa.

Não obstante, essa ideia de que há uma conexão necessária entre um objeto e outro é rejeitada por Hume, na medida em que não podemos ter a impressão correspondente à ideia de conexão necessária. É unicamente a experiência e o hábito que geram essa crença, assim, Hume afirma que “toda crença, em matéria de fato e de existência real, procede unicamente de um objeto presente à memória ou aos sentidos e de uma conjunção costumeira entre esse e algum outro objeto.” (HUME, 2004, p. 64).

Apesar disso, o hábito não garante uma justificação dedutiva infalível para a formação de crenças pelo entendimento humano, apenas gera em nós crenças sem as quais a ação e a especulação se tornariam impossíveis, pois a ação pressupõe a suposição de que um efeito X segue-se de uma causa Y, que se queimar ocorre após tocarmos no fogo, ou que é melhor pedirmos um presente aos nossos pais quando eles estão bem dispostos e não quando encontram-se estressados.

Por fim, a crítica de Hume às bases epistemológicas da filosofia abstrusa ruim se estende também ao conhecimento metafísico da teologia e da religião. Ele admite que os raciocínios sobre questões de fato não são infalíveis e que é possível conceber alterações do curso natural das coisas (milagres), mas afirma que os relatos de eventos prodigiosos podem ser facilmente desacreditados porque a experiência dá testemunho de que os homens têm mais tendência a se enganar e enganar os outros do que a natureza mudar o seu curso.

Nesse contexto, a epistemologia humeana é uma parte importante do projeto de conciliação entre o mundo dos letrados e o mundo do convívio social, uma vez que parte de sua experiência comum e não ultrapassa os limites impostos por essa experiência. Sua função é apenas corrigir as reflexões da vida comum, de modo que elas atinjam um grau maior de exatidão. O princípio do qual parte, isto é, que toda ideia tem uma impressão da qual se origina, remete as teses filosóficas de volta para o mundo e impede que se extrapole a experiência, pois se não conseguirmos encontrar uma impressão que origine a ideia de conexão necessária, por exemplo, isso será um indicativo de que estamos lidando com um objeto da filosofia ruim, distante da vida comum.

Ceticismo, vida comum e moralidade

Nesse contexto, a Seção XII da *Investigação* apresenta uma série de objeções céticas radicais que surgem após esse estudo do entendimento humano que não termina por fundamentar suas operações. Há uma tendência, diante dessas conclusões desoladoras, a desacreditar toda a capacidade humana de obter conhecimento e a rejeitar, também, os testemunhos dos sentidos, porém, diz Hume que a constatação da falibilidade do conhecimento humano não implica que é impossível conhecer, ela mostra que é preciso corrigir as conclusões da experiência através do uso da razão:

Em verdade, estes argumentos céticos apenas provam que não devemos confiar totalmente nos sentidos, mas que devemos corrigir sua evidência mediante a razão e considerações derivadas de agentes intermediários – distância do objeto e disposição do órgão sensível – para torná-los, dentro de sua própria esfera, critérios adequados de verdade e falsidade. (HUME, 2004, p. 161)

Aqui a razão começa a ser colocada como instrumento para corrigir as reflexões que a vida comum nos oferece. Hume introduz o problema da existência do mundo exterior, mostrando que nossa relação com o mundo nos coloca em contato apenas com suas percepções, mas Hume (2004) afirma que nada nos nossos sentidos permite inferir que o mundo exterior existe de fato e que ele continuaria a existir se o indivíduo que percebe deixasse de existir. Apesar disso, tendemos por um “instinto natural” a crer que temos um acesso real aos objetos por meio de nossas percepções.

O ceticismo em relação à geometria surge na medida em que o distanciamento da vida comum cria cadeias de raciocínio que apoiam conclusões contrárias à toda a experiência, pois

como nossa razão poderia supor naturalmente que uma quantidade real pode ser dividida infinitamente em quantidades menores?

Quanto às questões de fato, entretanto, nenhuma objeção do ceticismo pirrônico consegue tirar por completo a evidência de que sem estas reflexões ficamos incapacitados de agir e viver. Além disso, diante do ceticismo pirrônico, Hume afirma que “nenhum bem durável pode jamais resultar dele, embora conserve toda sua força e todo seu vigor.” (HUME, 2004, p. 168). Isso porque essa espécie de ceticismo consegue minar as bases de várias teorias, mas gera uma filosofia que leva à inação e levaria a humanidade à destruição caso seus princípios influenciassem a mente das pessoas constantemente.

O pirronismo só se desenvolve quando está separado do mundo do convívio social, o menor contato entre eles acaba por dissipar a dúvida e incerteza pirrônica. Assim, na parte 3 da Seção XII, Hume indica que o ceticismo moderado (acadêmico) pode resultar dessa dúvida pirrônica se “o bom senso e a reflexão corrigem, até certo ponto, suas dúvidas indiferenciadas.” (HUME, 2004, p. 169). Esse tipo de ceticismo pode aspirar influenciar a conduta dos homens, na medida em que não põe tudo em dúvida, mas evita que as pessoas sejam dogmáticas com medo de opiniões contrárias. Hume, porém, não parece rejeitar completamente o pirronismo, pois coloca-o como uma espécie de cura para aqueles sábios arrogantes.

Outro elemento do ceticismo moderado que Hume coloca como necessário às investigações é a restrição destas àqueles objetos que podem ser conhecidos pela restrita capacidade do entendimento humano. Isso quer dizer que é preciso evitar que a imaginação ultrapasse os limites da experiência da vida cotidiana e se deleite com reflexões elevadas, criando ficções que extrapolam o registro da experiência comum. Assim, Hume afirma que “aqueles que têm propensão à filosofia continuarão ainda suas pesquisas, porque refletem que, além do prazer imediato que acompanha tal ocupação, as decisões filosóficas nada mais são do que reflexões sobre a vida cotidiana, metodizadas e corrigidas.” (HUME, 2004, p. 171).

Ao restringir o campo da filosofia para os objetos da vida cotidiana Hume evita que se caia no erro da filosofia abstrusa que criticara ao longo da *Investigação*. Além disso, afirmar que a atividade filosófica é acompanhada de um prazer é afirmar que ela não é uma atividade distante da vida comum, mas uma atividade humana como qualquer outra. Tudo o que

ultrapassa o registro da experiência deve ser encarado como sofisma e ilusão, pois o raciocínio apriorístico é capaz de combinar as ideias da maneira que desejar.

Finalmente, como os raciocínios morais se fundam na relação de causa e efeito – pois agimos com os outros assumindo que o homem e seu comportamento também são regidos pela causalidade – podemos dizer que Hume desenvolve, a partir de uma filosofia abstrusa, uma filosofia fácil que tem por objetivo orientar a conduta humana a partir de certos princípios extraídos da natureza humana. Hume consegue assim, construir uma filosofia que liga o mundo da conversação ao mundo das letras.

Conclusão

A filosofia de Hume, portanto, é um projeto de reforma dos costumes, pois, como os raciocínios morais partem de nossas conclusões sobre causa e efeito, ao corrigir essas conclusões agiremos de maneira mais eficaz. Porém, ela difere de outros modelos de filosofia moral porque não se limita a “pintar as virtudes nas mais belas cores”, ela está embasada numa filosofia, em certa medida, abstrusa que escapa da dúvida, incerteza e erro pela adesão a um ceticismo moderado que duvida até mesmo das próprias dúvidas. Essa mistura entre filosofia fácil e filosofia abstrusa, como vimos, é uma das principais características da filosofia humeana e mostra a determinação do autor em unir filosofia e vida comum.

Essa filosofia que parte da vida comum para tirar conclusões mais precisas sobre os fenômenos do mundo, consiste de uma epistemologia que limita a capacidade de conhecer do ser humano aos objetos que se lhe apresentam aos sentidos. Mesmo assim, o conhecimento que se obtém não é um conhecimento verdadeiro no pleno sentido da palavra, pois, como ele deriva da experiência e é apenas corrigido pela razão, ficamos condicionados à crença de que o curso da natureza se manterá.

Mas, como já foi dito, o aspecto mais importante dessa filosofia é o seu caráter prático, pois apesar da incerteza epistemológica, não caímos na inação, voltamos por uma espécie de “instinto natural” à crença de que o mundo exterior existe e que temos acesso a ele pelos sentidos. Depois, agimos em sociedade conforme o conhecimento que temos sobre causa e efeito, pois cremos que as pessoas reagirão de determinada forma se tratarmos elas de tal maneira.

A união da filosofia com a vida comum, nesse contexto, produz ganhos tanto para a primeira quanto para a segunda. As reflexões desta, ao serem corrigidas pela filosofia retornam a ela como princípios mais exatos que servirão de orientação para a conduta humana. O filósofo profundo, por sua vez, deixa de ser uma parte separada da humanidade e de ser visto como inútil, além de que passa a desempenhar um papel não só na ordem da epistemologia, mas também da moral e dos costumes humanos.

Referências

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. Tradução de André Campos Mesquita. São Paulo: Escala, 2004.

HUME, D. “Da arte de escrever ensaio”. Tradução de Márcio Suzuki e Pedro Pimenta. In: PIMENTA, P. (Org.). *A arte de escrever ensaio e outros ensaios*. São Paulo: Iluminuras, 2009, p. 221 - 225.